

02/04/2019 - 05:00

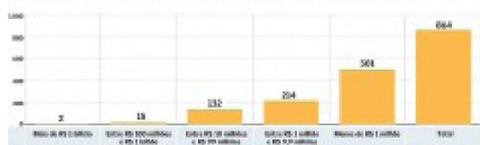
Royalties do petróleo criam ilhas de riqueza em 17 cidades

Por André Ramalho

A promessa do governo federal de dividir parte dos recursos da União no pré-sal entre Estados e municípios é um alento para centenas de prefeitos e governadores que veem no pacto federativo uma oportunidade de equilibrar melhor suas contas públicas, muitas vezes debilitadas. Um seletivo grupo de gestores, porém, não tem do que reclamar quando o assunto é a arrecadação de royalties e participações especiais sobre o óleo e gás.

Levantamento do **Valor**, com base no banco de dados do site InfoRoyalties, mantido pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), mostra que em 2018, pela primeira vez na história, as receitas petrolíferas dos municípios brasileiros superaram os R\$ 10 bilhões, enquanto nos Estados as contribuições bateram o recorde de R\$ 15 bilhões.

Mais cidades pobres do que ricas
Número de municípios por faixa de arrecadação de royalties e participações especiais em 2018



■ Evolução da arrecadação estadual de royalties e participação especial (em milhões de reais, corrigido pelo IEP-DE)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
AL	25	30	43	42	36	46	35	41	26	31	49	24	38	41	42
BA	144	222	242	231	201	209	335	352	383	363	242	233	308	331	342
CE	18	25	29	27	34	30	29	29	30	29	29	19	29	20	26
ES	31	52	63	99	144	138	143	233	306	244	641	848	1.164	2.034	2.026
PA	4	8	5	7	36	32	15	9	11	11	11	9	8	8	11
RJ	864	2.823	3.273	4.960	6.295	6.457	7.882	9.764	7.861	11.832	6.695	8.848	10.376	11.424	10.628

O ciclo de bonança, porém, não é uma realidade entre muitos entes federativos. Rio e São Paulo concentraram 85% da arrecadação de royalties e participações especiais entre os Estados e foram os únicos a baterem recorde de receitas do petróleo em 2018, ao passo que Espírito Santo e Nordeste convivem com o declínio de seus campos. Já entre os municípios, dois terços das receitas vão para os cofres de 20 cidades. Para ilustrar o tamanho da concentração do dinheiro do petróleo, 17 arrecadaram mais de R\$ 100 milhões, enquanto 501 cidades receberam menos de R\$ 1 milhão em 2018.

Os critérios de repasse dos royalties são alvo de um impasse desde 2012, quando o Congresso aprovou a Lei 12.734/12, que alterou as regras de redistribuição e reduziu os transferências para o Estados produtores, em favor de outras unidades federativas. O assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2013, por meio de uma liminar, suspendeu os efeitos da lei. O assunto nunca foi a plenário, e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), favorável aos novos critérios, cobra um posicionamento da Corte.

Os principais beneficiários dos royalties estão localizados, hoje, no Rio de Janeiro, cujo litoral se confronta com os principais campos do pré-sal da Bacia de Santos e do pós-sal da Bacia de Campos (as duas maiores fronteiras de produção da costa brasileira). O entendimento entre as autoridades fluminenses é que o royalty, por definição, se trata de uma compensação financeira aos Estados e municípios que abrigam as atividades de extração e que sofrem os seus impactos diretos.

Em meio aos recordes de produção do pré-sal, os municípios do Rio caminham para ultrapassar, em 2020, pela primeira vez, o patamar de arrecadação de R\$ 10 bilhões em royalties e participações especiais, segundo projeções da Firjan. Dentre os 92 municípios do Estado, um seletivo grupo desponta como destino principal dessas cifras nos próximos anos.

Entre o imponente Costão de Itacoatiara, em Niterói, ao paradisíaco Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo, uma faixa litorânea se estende por cerca de cem quilômetros de praias, entrecortando cinco municípios: Niterói, Maricá, Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, que recebem R\$ 1 em cada R\$ 4 de tudo o que os municípios brasileiros arrecadam com royalties e participações especiais.

Essas cinco cidades, que abrigam, juntas, 915 mil habitantes, arrecadaram cerca de R\$ 3 bilhões em royalties e participações especiais em 2018 e têm um futuro promissor pela frente, já que todas as nove plataformas que a Petrobras prevê começar a operar nos próximos cinco anos, no pré-sal, serão instaladas na costa desses municípios. A petroleira estima que o pré-sal gere receitas da ordem de R\$ 150 bilhões até 2023, para a União, Estados e municípios em participações governamentais.

Em 2018, a região viu nascer, em seu território, a figura das cidades bilionárias do petróleo - municípios cuja arrecadação com as receitas petrolíferas superaram a casa do bilhão de reais. Estes foram os casos de Maricá e Niterói, na região metropolitana do Rio. Até então, só Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, havia conseguido o feito, no início da década.

A bonança que gera tanto otimismo entre os gestores também preocupa. Pesquisas do Laboratório de Análise de Orçamentos e de Políticas Públicas, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (LOPP/MPRJ), alertam para o grau de dependência dos municípios com as receitas do petróleo, no Rio. Em Maricá, por exemplo, as receitas petrolíferas já respondem por 70% do orçamento, enquanto em Niterói esse percentual saltou de 6% em 2015 para 31% em 2019.

"Toda a história do Norte Fluminense mostra que esses municípios [como Campos dos Goytacazes e Quissamã] receberam muito dinheiro, ficaram muito dependentes das receitas do petróleo, e não mostram melhoras expressivas no seu desenvolvimento", comenta a coordenadora do centro de pesquisas do LOPP/MPRJ, Joana Monteiro.

Ela questiona as atuais regras de distribuição, que concentram os recursos em poucos municípios. "A regra dos royalties faz com que haja municípios muito ricos ao lado de outros muito pobres", disse, ao citar o exemplo de São Gonçalo, vizinha das bilionárias Maricá e Niterói, mas cuja arrecadação com o petróleo é da ordem dos R\$ 20 milhões.

Joana destaca, ainda, a importância de se aumentar os níveis de controle sobre os gastos dos municípios. "Os municípios recebem muito dinheiro. Estamos falando de municípios pequenos com volumes muito grandes. Isso para um país já seria complicado [de administrar]... É muito difícil que a economia local faça isso [absorver tantas receitas variáveis]", afirma.

O economista do LOPP, Rodrigo Serra, defende a criação de um sistema de teto de arrecadação para os municípios, como forma de equilibrar a distribuição. "Chegando-se a determinado limite, a distribuição começaria a ser feita especialmente para outros municípios. Poderia haver um sistema meritório de compensação", disse.

Em 2018, o LOPP publicou um estudo que alerta para a elevação das despesas com pessoal de Maricá, em 55%, entre 2013-2017, "indicando um procedimento temerário de elevar substancialmente despesas correntes para fazer frente a gastos com pessoal, baseado no influxo de uma receita errática, variável e finita, como as provenientes das compensações financeiras petrolíferas".

02/04/2019 - 05:00

ICMS na tarifa de energia entra na mira da Aneel

Por **Rodrigo Polito**

Depois de obter reduções no custo da energia pela quitação do conjunto de empréstimos bilionários das distribuidoras e da eliminação de subsídios, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende discutir com os Estados a possibilidade de diminuição da incidência de ICMS nas tarifas de energia. Segundo o diretor-geral da autarquia, André Pepitone, do total da tarifa, cerca de 40% são relativos a tributos e encargos.

"Uma grande quantidade da conta de energia está indo para os Estados. Então, se quisermos desonerar [a tarifa], precisa-se enfrentar essa agenda. Os Estados são um ator importante nesse sentido", disse ontem Pepitone, após participar de seminário do setor elétrico no Rio.

Questionado sobre a dificuldade fiscal dos Estados, Pepitone afirmou que a política tributária de cada Estado é de responsabilidade dos respectivos governos, mas que é importante debater o assunto, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

"Não tenho a pretensão de adentrar na política tributária dos Estados. Como diretor-geral da Aneel, tenho uma preocupação: reduzir a tarifa de energia do país. E um dos principais pilares para a redução passa pela questão do ICMS dos Estados. Não podemos nos furtar de fazer essa discussão."

Segundo, em números absolutos, o Rio de Janeiro é o Estado que mais arrecada ICMS com a energia elétrica: R\$ 167,82 por cada megawatt-hora (MWh) consumido. Em segundo lugar está Piauí, com R\$ 167,74, seguido por Goiás, com R\$ 154,15.

Com relação a outras medidas de desoneração tarifária, Pepitone lembrou que a quitação antecipada dos empréstimos firmados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) junto a bancos para socorrer distribuidoras durante a crise energética de 2014 possibilitará uma redução média de 3,7% das tarifas em 2019 e de 1,2%, em 2020.

Ele lembrou ainda que, com relação aos subsídios, que totalizam cerca de R\$ 20 bilhões por ano, a autarquia obteve uma redução estimada de 25% nos próximos cinco anos, com a eliminação do subsídio ao consumidor rural e de serviço público de água, esgoto e saneamento.

Na mesma linha da Aneel, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, também chamou a atenção para o peso de encargos e tributos na conta de luz. "Salta aos olhos quando você compara [a tarifa brasileira] com o custo de energia no resto do mundo. Uma presença muito forte de tributos e encargos."

Ele disse que as medidas adotadas para desonerar a tarifa desde o fim do ano passado já têm efeito na redução da tarifa, "mas é preciso que haja uma conscientização de que a sociedade não tem condições de continuar pagando os níveis de energia que estamos pagando hoje. É um impacto sobre a economia e o consumo das famílias".

02/04/2019 - 05:00

Maia diz a investidores que sistema de capitalização não deve passar

Por Lucas Hirata e Cristiane Agostine

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem, em evento promovido pelo Goldman Sachs, em São Paulo, que o sistema de capitalização na nova Previdência não tem a menor condição de ser aprovado da forma como foi idealizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O encontro foi fechado à imprensa e segundo um dos participantes, Maia disse que a aprovação da proposta do governo federal só seria possível se a reforma trouxesse uma economia fiscal de R\$ 1 trilhão em dez anos, que é a estimativa da poupança do projeto sem diluição. O parlamentar corroborou assim uma avaliação que o próprio Guedes fez há algumas semanas, em entrevistas à imprensa e declarações públicas: a de que desistirá da ideia se o impacto da reforma for reduzido.



Maia: necessidade da reforma é quase um consenso no Congresso, mas alguns pontos da proposta ainda devem discutidos entre os parlamentares

De acordo com o relato feito por um dos participantes do encontro, o presidente da Câmara adotou tom conciliador e otimista em relação ao avanço da principal medida do ajuste fiscal. "Pela primeira vez, Maia demonstrou que essa nova política do governo pode funcionar, com mais poder para o Legislativo", afirmou uma das fontes ouvidas pelo **Valor**.

Para o presidente da Câmara, o perfil do Congresso atual é bem parecido com o anterior. A mudança fundamental é que existe agora uma oposição maior do que no passado, com 140 deputados. Maia também destacou a importância da aproximação com governadores para o avanço da reforma da Previdência.

Como o governo não tem maioria parlamentar sistemática, será fundamental a construção de pontes entre os Estados e o Congresso. Só com o envolvimento dos governadores, afirmou o deputado, haverá uma reforma que impacte os próprios Estados.

Segundo Maia, a necessidade de uma reforma da Previdência é quase um consenso no Congresso, mas alguns pontos da proposta ainda devem discutidos entre os parlamentares. São os ajustes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), na aposentadoria rural, na alíquota efetiva dos servidores e no processo de transição dos servidores anteriores a 2003. Maia afirmou ainda que o regime geral da reforma não está sob grande debate e o que fica em discussão é a regra de transição neste caso.

Em trecho da palestra divulgada pelo presidente da Câmara no Instagram, Maia afirmou que o governo precisa organizar suas despesas para poder abrir espaço para investimentos.

"Nada vai acontecer se nós não organizarmos as despesas do Estado. Se não organizar o lado da despesa, como o Brasil vai ter espaço para investimento?", afirmou Maia, no evento. "Temos hoje um orçamento de fato com 94% de despesas obrigatórias e capacidade de investimento do orçamento primário de R\$ 1 trilhão", disse. Segundo o presidente da Câmara, "mesmo com a aprovação da Previdência, o principal é organizar as despesas do Estado". Maia evitou falar com a imprensa no evento.

O ministro da Economia participou do encontro horas antes de Maia. O presidente em exercício, Hamilton Mourão, também falou no evento, em São Paulo. A exemplo do presidente da Câmara, Guedes e Mourão evitaram a imprensa no local. Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas ficaram isolados em uma sala, sem acesso às autoridades.

02/04/2019 - 05:00

A conta de subsídios

Por **Guilherme Tinoco**

Quatro anos se passaram desde que a agenda do ajuste fiscal começou a ser implementada, mas o fato é que até hoje não fomos capazes de superá-la. O cumprimento do teto de gastos ainda depende de várias reformas estruturais e, enquanto elas não acontecem, a trajetória de dívida pública continua a se mostrar crescente ao longo dos próximos anos.

>> **Leia mais:**

- [Modelo peruano é aposta por melhor diálogo com indústria](#)
- [Indústria avançou em fevereiro, estimam analistas](#)

Em meio a tantas propostas, dentre as quais a reforma da previdência é sem dúvida a principal, muitas vezes se defende genericamente o corte em subsídios. Apesar disso, existe uma grande imprecisão no uso deste termo, uma vez que, para as contas federais, existem ao menos três tipos de subsídios, cada um com suas particularidades específicas.

Dessa maneira, esclarecer os diferentes conceitos relacionados a subsídios se torna importante para qualificar o debate sobre contas públicas e ajuste fiscal. Esse artigo busca cumprir esse objetivo.

Para as contas do governo federal, existem três categorias de subsídios: (i) subsídios explícitos, (ii) subsídios implícitos e (iii) gastos tributários. Falamos de cada um deles a seguir.

Os subsídios explícitos consistem em gastos primários da União, isto é, despesas de fato. A maior parte desses subsídios é computada na rubrica Subsídios, Subvenções e Proagro, no resultado do Tesouro Nacional, e totalizou R\$ 15,3 bilhões em 2018. Seus principais componentes são políticas e programas do setor agropecuário, como o Pronaf, e o PSI (equalização das taxas de juros).

Vale notar, contudo, que, no caso do PSI, o programa já se encerrou há algum tempo e, por isso, a despesas decrescem rapidamente (elas convergirão para zero assim que os últimos empréstimos por meio do programa se encerrarem). As despesas com o Pronaf também seguem em queda acelerada. Uma das razões que explicam a redução de itens na conta de subsídios explícitos é justamente a manutenção da taxa de juros em patamares moderados, aliviando a despesa com equalização de juros.

Como resultado, a conta total, baseando-se na rubrica do Tesouro mencionada acima, segue caindo. A redução real observada em 2018 foi de 20,9% em relação a 2017, ano que já tinha se reduzido 23,3% em relação a 2016. Apesar do orçamento de 2019 indicar elevação das despesas esse ano, é possível que a gente observe novamente uma queda real, em linha com os dados já divulgados para janeiro.

O volume de gastos tributários responde pela maior fatia do gasto com subsídios e segue estável desde 2013

Já os subsídios implícitos são relacionados a programas oficiais de crédito e normalmente são associados a taxas de juros subsidiadas. Como seu valor é obtido através da comparação da taxa de juros, não há uma despesa primária e, portanto, seus montantes não aparecem nos balanço primário, não afetando o teto de gasto, por exemplo. Apesar disso, aparecem na conta de juros nominais, afetando o resultado nominal do governo.



Em 2017, último ano com estimativas disponíveis, os subsídios implícitos totalizaram R\$ 59,7 bilhões, segundo estimativas do Ministério da Fazenda. Os maiores componentes foram empréstimos da União ao BNDES (R\$ 15,7 bilhões), FAT (R\$ 15,1 bilhões), Fundos Constitucionais de Financiamento (R\$ 13,4 bilhões) e FIES (R\$ 7,6 bilhões).

Em relação a 2016, a queda total foi de quase 30%. Um fator para explicar essa redução foi a diminuição da Selic, aproximando as taxas de juros de mercado das taxas de cada uma dessas modalidades. Outro fator importante diz respeito à devolução de recursos do BNDES para o Tesouro, movimento que teve continuidade em 2018 e, portanto, irá contribuir para a manutenção da trajetória de queda na conta de subsídios implícitos nos próximos anos. Para frente, a criação da TLP, que embora não se aplique a todas as modalidades, contribuirá também para a diminuição de gasto com subsídios implícitos.

Por fim, temos os gastos tributários, que consistem nas receitas que o governo deixa de arrecadar em razão de benefícios e isenções que são concedidos por meio de políticas e programas. Também são conhecidas como renúncias fiscais ou desonerações.

Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, a conta chegou a R\$ 270 bilhões em 2017. As principais modalidades do benefício consistem no Simples (R\$ 75,6 bilhões), Rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF (R\$ 28 bilhões), Desoneração da cesta básica, (R\$ 23,8 bilhões), Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio (R\$ 21,6 bilhões) e Entidades sem fins lucrativos (R\$ 17,5 bilhões). Outra conta importante nos últimos anos foi a Desoneração da Folha. Esta, contudo, cai rapidamente, após seguidas alterações na política, que se encerrará em 2021.

O montante de gastos tributários segue mais ou menos constante em percentual do PIB desde 2013, quando oscilou entre 4% e 4,5% do PIB. Vale notar, contudo, que os valores para gasto tributário são apenas estimativas de quanto de arrecadação é perdida por conta da desoneração. É calculada aplicando a regra normal, sem o benefício, sobre a base tributária existente, o que traz alguns problemas inerentes à dificuldade do cálculo em si, como o fato de não captar a reação dos agentes à retirada da desoneração. Assim, é possível que os valores possam estar superestimados, demandando certa cautela do analista.

Seja como for, podemos sumarizar o que foi exposto em um quadro geral. Os subsídios explícitos e os subsídios implícitos, que impactam mais o lado do gasto (primário ou nominal), já estão em tendência de queda, em função de decisões tomadas nos últimos anos (e também em virtude da queda da Selic desde 2016). O volume de gastos tributários, por sua vez, que responde pela maior fatia do "gasto com subsídios", segue mais ou menos estável. Não há perspectiva de queda substancial no curto prazo, uma vez que as regras que regem suas modalidades seguem sem grandes alterações.

Esclarecidos os tipos de subsídios existentes nas contas do governo federal, o debate pode ficar mais claro. Quando falarem em corte de subsídios, é importante indicar a qual conta estamos nos referindo. Vale ressaltar, contudo, que tão importante quanto ajustar a despesa, no geral, e os subsídios, em particular, é alterá-los baseando-se em avaliações de custo-benefício. Preservar aquilo com maior impacto, seja em termos de eficiência, seja em aspectos sociais, é crucial. Para o restante, o ajuste pode avançar.

Guilherme Tinoco é mestre em economia pela Universidade de São Paulo.

02/04/2019 - 05:00

Bolsonaro receberá deputados todos os dias para negociar reforma

Por Malu Delgado

Em seu segundo dia de visita a Israel, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que irá atender de forma diária aos parlamentares, para negociar a aprovação da reforma da Previdência. "Estou pronto ao diálogo, na medida do possível eu atendo aos parlamentares. Vamos a partir de agora deixar pelo menos meio dia da minha agenda no Brasil aos congressistas".

Segundo o presidente, pontos como o BPC e a aposentadoria rural poderão ser modificados no Congresso. "A bola está com eles. A bola está com o Legislativo, agora", disse, em entrevista à TV Record. Bolsonaro justificou a mudança nas regras de aposentadoria rural, com aumento de idade e de contribuição para se ter o benefício, como um mecanismo para se combater fraudes. O presidente criticou ainda a metodologia utilizada pelo IBGE para medir o desemprego, que teve uma alta no último mês. "É uma coisa que não mede a realidade", queixou-se.

Horas antes da entrevista, o presidente voltou a enfatizar que as Forças Armadas já deram uma importante cota de contribuição quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reestruturou a carreira militar em 2001, com a Medida Provisória 2215. Ele negou que a nova proposta de reformulação da carreira, enviada juntamente com a proposta de reforma de Previdência dos militares, possa prejudicar a tramitação da emenda constitucional sobre o tema.

"Nada a ver. Militar não é Previdência. Eu sou suspeito para falar, porque sou capitão do Exército. Mas a vida é completamente diferente. Militar trabalha 24 horas por dia, tem situações extraordinárias da tropa, GLO, missões, as mais variadas possíveis (...) A única reforma da Previdência feita em 2000 foi a nossa (...) Ele mandou a nossa via medida provisória", disse o presidente, ao voltar de um jantar em Israel, sem conhecimento da imprensa. Bolsonaro comeu pizza, segundo integrantes da delegação.

O presidente reservou horários à noite para agendas particulares. Seus assessores não divulgam seu paradeiro.

Ao destacar a possibilidade de investimentos de Israel no Brasil, Bolsonaro aproveitou para mencionar a necessidade de aprovação da reforma. "Agora, o Brasil tem que mostrar que está fazendo o dever de casa, ter nossas contas equilibradas. E a reforma da Previdência é necessária para isso. Reequilibrando as nossas contas investimentos irão para o Brasil."

O presidente disse que nesta quinta-feira, receberá líderes partidários. Ele vê chances de a reforma ser aprovada na Câmara até junho. "Não temos outra alternativa. Chegou a esse ponto. A Previdência está deficitária realmente e temos que fazer essa reforma. Espero que o Congresso aprove sem que ela seja muito desidratada", disse o presidente.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), que faz parte da comitiva presidencial, afirmou, ao chegar a Israel, que tanto ele quanto o deputado Eduardo (PSL-SP), seu irmão, agirão "como soldados" em favor da aprovação da reforma. Ontem, a deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), que também foi convidada por Bolsonaro para integrar a comitiva, demonstrou otimismo com a entrada do ministro da Economia, Paulo Guedes, na articulação política. "Paulo Guedes, quando abre a boca e fala, não tem quem não se convença", afirmou.



Bolsonaro: "Estou pronto ao diálogo. Vamos deixar pelo menos meio dia da minha agenda no Brasil aos congressistas"

Segundo a parlamentar, a avaliação dos aliados do presidente é que "o clima está muito bom" e que a reforma da Previdência vai ser aprovada rapidamente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Kicis atuou para aproximar Bolsonaro e Guedes, antes da campanha eleitoral. A entrada de Paulo Guedes na articulação política foi uma necessidade do governo diante da crise das últimas semanas, em que aumentou a hostilidade do Congresso com Bolsonaro e o governo.

O Palácio do Planalto tentou montar uma operação de armistício entre os Poderes assim que a crise afetou a credibilidade de investidores e empresários sobre a aprovação da reforma. A instabilidade foi agravada por troca de críticas e provocações entre Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

02/04/2019 - 05:00

Por que a nova geração de líderes nacionalistas-populistas admira Israel

Por **Gideon Rachman**

A uma semana das eleições israelenses, Benjamin Netanyahu poucas vezes esteve em uma situação mais frágil internamente ou mais forte no exterior.

O premiê israelense está disputando as eleições sob o peso de um indiciamento por fraude, suborno e quebra de confiança. Hoje ele está empatado nas pesquisas eleitorais com a oposição de centro-esquerda liderada por Benny Gantz, ex-chefe das Forças Armadas israelenses. A campanha também vem se desenrolando sob um pano de fundo de seguidos conflitos na Faixa de Gaza.

Mas enquanto as nuvens negras se avolumam internamente para Netanyahu, no exterior o horizonte está ficando mais límpido. Israel está se beneficiando do surgimento de uma nova geração de líderes políticos nacionalistas-populistas - de Washington a Déli e de Budapeste a Brasília - que admiram ardentemente o Estado judeu. Essa mudança no clima político internacional deu um novo espaço de manobra para um país que teme há tempo o isolamento internacional e boicotes comerciais.

A mudança individual mais importante para os israelenses foi a eleição de Donald Trump. O presidente dos Estados Unidos cumpriu uma longa lista de objetivos de Israel que antes pareciam fantasias distantes. Trump mudou a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém e abandonou o acordo nuclear com o Irã. E este mês os EUA reconheceram a soberania israelense sobre as Colinas de Golã, que Israel tomou durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Netanyahu parecia quase incrédulo quando recebeu esse presente na Casa Branca.

Outro líder que adora enfatizar sua amizade com Netanyahu é Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, que está em Israel. Ter o maior país da América Latina como aliado é uma conquista para Israel porque tradicionalmente o "sul mundial" de países em desenvolvimento tem sido firme em seu apoio aos palestinos. Para Bolsonaro, aceitar Israel é uma forma de agradar a grande comunidade evangélica no Brasil e a Casa Branca de Trump e, ao mesmo tempo, cutucar seus inimigos da esquerda progressista.

De fato, uma viagem a Israel tornou-se quase obrigatória para uma nova geração de líderes "fortes", que se deleitam em desafiar a opinião progressista. Em setembro, Rodrigo Duterte, presidente das Filipinas, foi a Jerusalém e disse a Netanyahu: "Nós temos a mesma paixão pelos seres humanos" - um cumprimento ambíguo, considerando que Duterte está sob investigação do Tribunal Penal Internacional, acusado de incentivar execuções extrajudiciais.

Outro homem forte cultivado por Netanyahu é Viktor Orbán, premiê da Hungria e campeão da "democracia iliberal", que visitou Jerusalém no ano passado. Essa relação é controversa em Israel, porque Orbán lançou na campanha eleitoral de 2017 um cartaz que usava uma imagética antissemita, mostrando o filantropo judeu George Soros como um manipulador de fantoches decidido a inundar a Hungria com refugiados.

Apesar disso, há afinidades ideológicas entre os dirigentes israelense e húngaro. Ambos são nacionalistas étnicos - "Israel para os judeus" e "a Hungria para os húngaros" são ideias similares. O fato de que o nacionalismo de Orbán tem mais do que leve cheiro de antissemitismo não é especialmente chocante para Netanyahu, cuja versão de sionismo sempre assumiu que o mundo exterior é inerentemente antissemita.

Para o líder israelense, fazer uma aliança tática com uma figura dúbia como Orbán se justifica se ela ajudar Israel. E os nacionalistas centro-europeus estão fazendo exatamente isso neste momento. No ano passado, tchecos, húngaros e romenos vetaram a condenação da União Europeia à mudança da embaixada dos EUA para Jerusalém. Desde então, a premiê romena, Viorica Dancila, já sugeriu que seu governo pode mudar sua embaixada para Jerusalém.

Hoje, a extrema-direita da Europa é mais hostil a muçulmanos do que a judeus, e essa "islamofobia" se traduz em apoio a Israel. Algo semelhante pode estar ocorrendo com Narendra Modi, que em 2017 tornou-se o primeiro premiê da Índia a visitar Israel desde a fundação daquele Estado.

Modi lidera o partido hindu nacionalista BJP, cujos partidários muitas vezes antagonizam os muçulmanos. Alguns fiéis do BJP veem a resposta feroz de Israel à violência palestina como um modelo para a Índia em sua luta com os terroristas baseados no Paquistão.

A tecnologia é o cartão de visita de Israel com a China. Wang Qishan, vice-presidente da China, visitou uma feira de tecnologia israelense em outubro. Num momento em que as empresas de tecnologia americanas estão ficando mais cautelosas com relação a trabalhar com a China, Israel é uma alternativa atraente. Atualmente, uma empresa chinesa opera o porto de Haifa, que é a principal base da Marinha israelense.

Netanyahu encara essas novas relações como grandes conquistas e desconsidera escrúpulos progressistas sobre parcerias com pessoas como Duterte, Bolsonaro e Orbán.

Mas, mesmo em termos de pura realpolitik, a diplomacia de Netanyahu embute riscos substanciais para Israel. A acusação mais perigosa feita contra Israel por seus críticos é de que a alegação do Estado judeu de ser um bastião da democracia é enfraquecida pela forma como trata os palestinos. Ao se aliar com uma nova geração de populistas-nacionalistas - muitos com credenciais democráticas dúbias -, Israel vai enfraquecer ainda mais sua afirmação de que é um campeão da democracia.

Netanyahu com certeza está encontrando novos amigos para Israel. Mas ele também se arrisca ao criar um grupo totalmente novo de inimigos.

Leia mais sobre Israel em [Bolsonaro minimiza atrito com palestinos](#)